

Globalização, conflitualidade e violência

7

Revista Crítica de Ciências Sociais
N.º 57/58
Junho/Novembro 2000

O objectivo maior deste número temático consiste na análise e interpretação das múltiplas formas de conflitos sociais e de violência presentes nas sociedades portuguesa e brasileira, no período contemporâneo. Ele coincide com os propósitos de um projecto de cooperação científica entre investigadores do Centro de Estudos Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apoiado pelo ICCTI e pela CAPES que, durante três anos, foi permitindo proceder a uma análise comparativa dos impactos da globalização nos dois países e do processo de emergência de novas questões sociais. A necessidade de construir uma explicação sociológica para as novas questões sociais amarrada à problemática da globalização parece-nos hoje óbvia, de tal forma os processos de transformação global da economia e da vida social se manifestam pelo aparecimento de formas sociais marcadas pelos efeitos excludentes das políticas neo-liberais, pelo desencadear de novos conflitos sociais e, ainda, pela criação de entraves à consolidação da democracia, pelo menos nos países mais periféricos do mundo capitalista.

Esta perspectiva de análise sobre a conflitualidade demarca um vasto campo de investigação e explicação sociológica, capaz de estimular análises rigorosas que retomem da tradição sociológica a vocação de explicar os pequenos e grandes dilemas do mundo social, reactualizando uma imaginação sociológica radical. Destacamos uma maneira de fazer a ciência social, marcada pela preocupação política e pelas lutas sociais, mas envolvida com as descontinuidades do conhecimento teórico e com a crítica permanente às teorias existentes sobre o objecto. Lembrando que as hesitações e os temores que sempre nos acompanham podem, de um modo ou de outro, ser suplantados pela audácia de querer explicar, de forma inovadora, os processos da conflitualidade social e as novas questões sociais globais, sublinhe-se a importância de proceder a uma investigação rigorosa da realidade social em toda a sua complexidade. No limiar do século XXI, o panorama mundial é marcado por questões sociais globais, que se manifestam, de forma articulada e homóloga, embora com distintos traços, nas diferentes sociedades. Paradoxalmente, também o internacionalismo se funda em problemas sociais globais, como a violência, a exclusão, as discriminações de sexo, os vários racismos, a exclusão social e a pobreza, os problemas do meio ambiente e a questão da fome. É que as velhas desigualdades baseadas nas diferenças de classes e de estatuto social em termos de rendimento, capital educacional ou prestígio ao contrário de terem desaparecido, tornaram-se mais visíveis e viram-se mesmo reforçadas pelo aparecimento de novas desigualdades baseadas no sexo, na etnia, na religião ou nos modos de vida. Para responder a estes processos sociais planetários, impõe-se reconhecer a possibilidade de diversificar as alternativas de desenvolvimento para as sociedades contemporâneas, tanto no centro como na periferia do sistema global e, ao mesmo tempo, discutir o modo como cada território pode participar na sociedade global, incluindo uma reflexão sobre as respectivas capacidades de inovação, em termos de alternativas às práticas correntes de gestão pública, de organização institucional e de participação social.

Diversas são as problemáticas abrangidas pelos estudos realizados e apresentados sinteticamente neste número.

1. As transformações do trabalho, decorrentes de inovações tecnológicas (técnicas e organizativas) e de um processo mais amplo de globalização, que impõe formas particulares de experimentar a violência na vida quotidiana, como a precarização do trabalho, a desregulamentação das relações jurídicas laborais, o desemprego e a exclusão social;

2. As transformações do mundo do trabalho rural, constrangidas pela tardia capitalização da agricultura e pela emergência de novas formas de exploração relacionadas com a sua natureza de reserva de mão de obra. Saldaram-se igualmente por uma intensa crise social, uma reafirmação do poder pelos grandes proprietários de terra e abundantes manifestações de conflitos sociais e de violência;

3. A instituição familiar, tradicional amortecedora do risco social e do conflito, cada vez menos capaz de assegurar aos seus membros a protecção de que necessitam e convertida em lugar comum de mal-estar e violência;

4. A responsabilização da sociedade civil pela protecção social. Face ao aumento da insegurança e do risco bem como à universalização dos processos de produção destes, os Estados nacionais procuram ajustar entre si as respostas políticas e envolver a própria sociedade civil em projectos com vista a reduzir a conflitualidade e o mal-estar;

5. Entretanto, a densidade dos conflitos sociais, a vivência quotidiana e repetida das diversas formas de violência, o sentimento de mal-estar e de insegurança das populações rurais e urbanas, têm provocado diferentes tipos de respostas das instituições estatais, passando a biopolítica a preocupar-se, uma vez mais, com o direito à segurança. Por um lado, há apelo a uma óptica geneticista da questão da criminalidade e da violência, retomando-se, em bases actualizadas, antigas orientações do saber sobre o crime. Por outro lado, emerge uma preocupação com as transformações políticas do Estado no sentido de um novo contrato social que projecte uma cidadania

ampliada e a radicalização dos espaços e das instituições democráticas.

Pela sua diversidade teórica, pela sua pluralidade metodológica e pelos seus referenciais empíricos a duas sociedades — a portuguesa e a brasileira — na conjuntura da última década do século XX, os artigos reunidos neste número visam contribuir para a construção de uma abordagem sociológica sobre a conflitualidade e a violência, num tempo de globalização. A possibilidade de uma abordagem da conflitualidade deve ser situada no contexto da globalização das sociedades contemporâneas, no caso específico sobre o modo pelo qual ocorrem transformações da estrutura e do espaço social, em Portugal e no Brasil. É este o argumento do texto de José Vicente Tavares dos Santos na abertura deste número. Poderíamos denominar de novas questões sociais globais esta emergente morfologia do social, feita de múltiplas dimensões que podem ser assim sintetizadas:

- Produziram-se, além das classes sociais, outras transversalidades na produção do social, tais como as relações de género, as relações raciais e as relações entre grupos culturais. Os artigos de Sílvia Portugal e de Sônia Lorangeira e Virgínia Ferreira exploram as diferenças sexuais na configuração das formas de mal-estar e conflitualidade.

- Os grupos sociais produzem outras formas de representação e de mediação política, aquém e além dos partidos, tais como as organizações não-governamentais, reconhecidas pelos Governos e organismos internacionais como mediadores legítimos entre os cidadãos e o Estado; ou os movimentos sociais orientados pela retomada da historicidade. O artigo de Benedito Tadeu César e de Marcelo Rosa discutem essas novas dimensões do campo da política no Brasil.

- Há uma visibilidade e um reconhecimento da importância das lutas sociais, não apenas enquanto resistência mas também como positividade de lutas minúsculas e plurais, lutas que constroem alternativas às formas de dominação social. Os

trabalhos de Pedro Hespanha e Jorge Caleiras, de José Vicente Tavares dos Santos, Alex Teixeira e Fernando Becker, de César Barreira e de José Luiz Bica de Melo exploram algumas manifestações dessas conflitualidades poliformes nos espaços agrários de Portugal e do Brasil.

- Vários discursos tentam configurar as formas de dominação emergentes, seja as teorias da desregulamentação do trabalho, analisadas por Renato Saul, seja a utilização da genética para explicar fenômenos sociais como o da violência e da criminalidade, como referem Susana Costa, João Arriscado Nunes e Helena Machado no seu texto de orientação epistemológica seja ainda a universalização dos modelos de medicalização e de reforma dos sistemas de saúde aptos a disciplinar os estilos de vida dos cidadãos como mostram Graça Carapinheiro e Soraya Côrtes.

Pretende-se, assim, contribuir para a explicação sociológica da conflitualidade e da violência, mediante o estudo de questões sociais que estão a eclodir, em tempos simultâneos, em diversas sociedades e territórios.

*Pedro Hespanha
José Vicente Tavares dos Santos*